

A MATERIALIDADE DAS IDEIAS EM MARX E SUAS IMPLICAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL

Fabricio Antonio Deffacci¹

Resumo

Este artigo analisa a contribuição de Karl Marx para a epistemologia do Desenvolvimento Regional no Brasil, a partir da noção de materialidade das ideias e da crítica à autonomia abstrata do pensamento. O objeto da investigação consiste na reconstrução teórica do deslocamento epistemológico operado por Marx em relação à tradição formalista do pensamento ocidental, especialmente aquela fundada na lógica aristotélica. O objetivo central é demonstrar que a incorporação da materialidade histórica e do trabalho como fundamentos do conhecimento constitui um princípio epistemológico decisivo para a consolidação de abordagens críticas do desenvolvimento regional no contexto brasileiro. Do ponto de vista metodológico, o artigo adota uma abordagem teórico-analítica, baseada na reconstrução conceitual e no diálogo crítico com autores clássicos e contemporâneos. Em um primeiro momento, examina-se a base formal das ideias em Aristóteles, evidenciando uma concepção de conhecimento fundada na ordenação lógica do pensamento e na universalidade abstrata dos princípios racionais, que afasta do campo epistemológico as determinações históricas e sociais da vida material. Em seguida, analisa-se a crítica marxiana a esse paradigma, destacando a centralidade do trabalho, da produção material da vida social e da determinação histórica das ideias na constituição do conhecimento. Na sequência, investiga-se o desdobramento dessa guinada epistemológica no campo do desenvolvimento regional, por meio do diálogo com autores do pensamento social brasileiro e da área do Desenvolvimento Regional. Argumenta-se que a incorporação da materialidade das ideias permitiu superar abordagens tecnocráticas e abstratas do desenvolvimento, possibilitando interpretações que compreendem o território e as desigualdades regionais como produtos históricos das relações sociais de produção e da divisão territorial do trabalho. Conclui-se que a contribuição de Marx ultrapassa o plano metodológico, configurando-se como fundamento epistemológico central para a análise do desenvolvimento regional no Brasil, reafirmando a atualidade do marxismo como ferramenta crítica e interdisciplinar para a compreensão das desigualdades regionais.

Palavras-chave: Marx; epistemologia; materialidade das ideias; Desenvolvimento Regional; Brasil.

The Materiality of Ideas in Marx and Its Epistemological Implications for Regional Development in Brazil

Abstract

This article analyzes Karl Marx's contribution to the epistemology of Regional Development in Brazil, based on the notion of the materiality of ideas and the critique of the abstract autonomy of thought. The object of the investigation consists of the theoretical reconstruction of the epistemological shift operated by Marx in relation to the formalist tradition of Western thought, particularly that grounded in Aristotelian logic. The central objective is to demonstrate that the incorporation of historical materiality and labor as foundations of knowledge constitutes a decisive epistemological principle for the consolidation of critical approaches to regional

¹ Fabricio Antonio Deffacci. Doutor em Ciências Sociais. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PPGDRS/UEMS). Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: fabricioad@uems.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7015-023X>

development in the Brazilian context. From a methodological standpoint, the article adopts a theoretical-analytical approach based on conceptual reconstruction and critical dialogue with classical and contemporary authors. In a first moment, it examines the formal basis of ideas in Aristotle, highlighting a conception of knowledge founded on the logical ordering of thought and on the abstract universality of rational principles, which excludes the historical and social determinations of material life from the epistemological field. Subsequently, it analyzes the Marxian critique of this paradigm, emphasizing the centrality of labor, the material production of social life, and the historical determination of ideas in the constitution of knowledge. Next, the article investigates the unfolding of this epistemological shift in the field of regional development through dialogue with authors from Brazilian social thought and from the field of Regional Development. It argues that the incorporation of the materiality of ideas made it possible to overcome technocratic and abstract approaches to development, enabling interpretations that understand territory and regional inequalities as historical products of social relations of production and the territorial division of labor. The article concludes that Marx's contribution goes beyond the methodological level, constituting a central epistemological foundation for the analysis of regional development in Brazil and reaffirming the relevance of Marxism as a critical and interdisciplinary tool for understanding regional inequalities.

Keywords: Marx; epistemology; materiality of ideas; Regional Development; Brazil.

La materialidad de las ideas en Marx y sus implicaciones epistemológicas para el desarrollo regional en Brasil

Resumen

Este artículo analiza la contribución de Karl Marx a la epistemología del Desarrollo Regional en Brasil, a partir de la noción de la materialidad de las ideas y de la crítica a la autonomía abstracta del pensamiento. El objeto de la investigación consiste en la reconstrucción teórica del desplazamiento epistemológico operado por Marx en relación con la tradición formalista del pensamiento occidental, especialmente aquella fundada en la lógica aristotélica. El objetivo central es demostrar que la incorporación de la materialidad histórica y del trabajo como fundamentos del conocimiento constituye un principio epistemológico decisivo para la consolidación de enfoques críticos del desarrollo regional en el contexto brasileño. Desde el punto de vista metodológico, el artículo adopta un enfoque teórico-analítico, basado en la reconstrucción conceptual y en el diálogo crítico con autores clásicos y contemporáneos. En un primer momento, se examina la base formal de las ideas en Aristóteles, poniendo de relieve una concepción del conocimiento fundada en la ordenación lógica del pensamiento y en la universalidad abstracta de los principios racionales, que excluye del campo epistemológico las determinaciones históricas y sociales de la vida material. A continuación, se analiza la crítica marxiana a este paradigma, destacando la centralidad del trabajo, de la producción material de la vida social y de la determinación histórica de las ideas en la constitución del conocimiento. Posteriormente, se investiga el despliegue de este giro epistemológico en el campo del desarrollo regional, mediante el diálogo con autores del pensamiento social brasileño y del área del Desarrollo Regional. Se argumenta que la incorporación de la materialidad de las ideas permitió superar enfoques tecnocráticos y abstractos del desarrollo, posibilitando interpretaciones que comprenden el territorio y las desigualdades regionales como productos históricos de las relaciones sociales de producción y de la división territorial del trabajo. Se concluye que la contribución de Marx trasciende el plano metodológico, configurándose como un fundamento epistemológico central para el análisis del desarrollo regional en Brasil, reafirmando la

vigencia del marxismo como herramienta crítica e interdisciplinaria para la comprensión de las desigualdades regionales.

Palabras clave: Marx; epistemología; materialidad de las ideas; Desarrollo Regional; Brasil.

Introdução

A história do pensamento ocidental foi marcada, desde a Antiguidade, por um esforço sistemático de compreensão da realidade fundado na autonomia da razão e na ordenação formal das ideias. Nesse horizonte, a filosofia clássica, particularmente em Aristóteles, estabeleceu as bases de uma concepção epistemológica na qual o conhecimento verdadeiro decorre da correta organização lógica do pensamento, orientada por princípios universais e necessários. A ciência, compreendida como *episteme*, constituiu-se, assim, como domínio da racionalidade abstrata, no qual o trabalho, a materialidade da vida social e as condições históricas de existência permaneciam à margem da reflexão propriamente filosófica.

Esse modelo formalista de conhecimento exerceu influência duradoura sobre a tradição intelectual ocidental, sustentando a separação entre pensamento e realidade social, entre teoria e prática, entre razão e trabalho. A validade das ideias passou a ser aferida prioritariamente por critérios lógicos e demonstrativos, enquanto os processos materiais de produção da vida social foram progressivamente deslocados para um plano secundário, externo ao campo estritamente filosófico. Tal cisão contribuiu para a consolidação de um paradigma epistemológico no qual o trabalho, embora central à existência humana, permaneceu ausente como categoria fundante do conhecimento.

O ponto de inflexão nesse percurso ocorre com a crítica marxiana. Ao recolocar o trabalho e a produção material da vida social no centro da análise, Marx promove uma ruptura epistemológica profunda com a tradição formalista. A base das ideias deixa de ser buscada exclusivamente na ordenação lógica do pensamento e passa a ser compreendida como resultado das relações sociais historicamente determinadas. Com isso, o pensamento é reinscrito na materialidade da vida social, e a filosofia deixa de ser concebida como instância autônoma e autosuficiente, passando a dialogar necessariamente com a economia, a história e a sociologia. Trata-se de um movimento que desloca o trabalho do exterior da reflexão filosófica para o interior da própria epistemologia.

Este artigo estrutura-se, portanto, em três momentos analíticos articulados. No primeiro, examina-se a base formal das ideias a partir da lógica aristotélica, destacando-se a concepção de conhecimento fundada na autonomia do pensamento e na universalidade dos princípios racionais. No segundo, analisa-se a base material das ideias em Marx, evidenciando-se a crítica à abstração lógica e o lugar do trabalho, da história e das relações sociais na constituição do conhecimento. No terceiro momento, investiga-se o desdobramento dessa guinada epistemológica no campo do desenvolvimento regional, compreendido como área de conhecimento que emerge precisamente da necessidade de articular múltiplas dimensões da realidade social: econômica, territorial, histórica e política.

De modo semelhante, o desenvolvimento regional, enquanto campo interdisciplinar, não pode ser apreendido a partir de uma única matriz teórica ou disciplinar. A complexidade dos processos territoriais e das desigualdades regionais exige a superação de abordagens fragmentadas e tecnocráticas, demandando um suporte epistemológico capaz de integrar economia política, geografia, sociologia e planejamento. Nesse sentido, a herança marxiana mostra-se particularmente fecunda, pois fornece os fundamentos para compreender o território e o desenvolvimento como expressões materiais das relações sociais de produção, da divisão territorial do trabalho e das formas historicamente específicas de inserção no capitalismo. Contudo, a associação entre interdisciplinaridade e produção do conhecimento não é isenta de tensões. Como destacam D'Ambrosio (1997) e Rocha Filho *et al.* (2015), conceitos como interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e multidisciplinaridade constituem campos de disputa, podendo, em determinados contextos, reproduzir fragmentações do conhecimento sob novas formas. Nesse sentido, sua articulação com o marxismo exige mediações teóricas que evitem a diluição da categoria de totalidade.

No contexto brasileiro, essa base epistemológica revelou-se decisiva para a constituição de interpretações críticas sobre a formação social, o desenvolvimento e as desigualdades regionais. A incorporação da materialidade das ideias, tal como formulada por Marx, permitiu romper com modelos abstratos de desenvolvimento e com leituras universalizantes, abrindo espaço para análises historicamente situadas e territorialmente sensíveis. Ao evidenciar que o conhecimento é socialmente determinado, o marxismo contribuiu para consolidar uma epistemologia do desenvolvimento regional orientada pela crítica, pela interdisciplinaridade e pelo

reconhecimento das contradições estruturais da realidade brasileira.

Dessa forma, ao revisitar a passagem da base formal à base material das ideias e ao examinar seus desdobramentos no desenvolvimento regional, este artigo busca demonstrar que a contribuição de Marx ultrapassa o plano teórico-metodológico, configurando-se como fundamento epistemológico central para a estruturação do desenvolvimento regional no Brasil enquanto campo demarcado de conhecimento e atuação.

Metodologia

O presente artigo insere-se no campo das investigações teóricas e conceituais, adotando como procedimento metodológico central a reconstrução crítica de matrizes clássicas do pensamento ocidental, articulada à análise de seus desdobramentos epistemológicos em campos específicos do conhecimento. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, fundada na análise teórica, no cotejamento conceitual e na interpretação sistemática de obras clássicas e de seus intérpretes, com o objetivo de explicitar fundamentos epistemológicos subjacentes à constituição do campo do desenvolvimento regional no Brasil.

A opção por uma investigação de caráter teórico encontra respaldo na literatura metodológica das ciências sociais. Gil (2008) destaca que pesquisas teóricas são essenciais quando o objetivo é aprofundar conceitos, esclarecer categorias analíticas e examinar pressupostos epistemológicos que orientam a produção do conhecimento científico. Do mesmo modo, Severino (2016) sustenta que a pesquisa teórica desempenha papel estratégico no fortalecimento e na consolidação de áreas de conhecimento, na medida em que permite examinar criticamente seus fundamentos, seus limites e suas possibilidades interpretativas. Nesse sentido, a amplitude teórica mobilizada neste artigo não constitui fragilidade metodológica, mas condição necessária para a delimitação rigorosa do objeto de análise.

O cotejamento entre Aristóteles e Marx é adotado como procedimento metodológico específico, não com finalidade historiográfica estrita, mas como estratégia analítica voltada à identificação de uma inflexão estrutural na epistemologia do pensamento ocidental. Conforme assinala Weber (2004), a reconstrução de matrizes teóricas clássicas e a elaboração de

tipos ideais constituem recursos legítimos para compreender processos históricos complexos e formações conceituais posteriores. Na mesma direção, Koselleck (2006) demonstra que certos conceitos fundamentais operam como estruturas duradouras de experiência, organizando horizontes de inteligibilidade que atravessam diferentes épocas.

Neste trabalho, o recurso aos tipos ideais weberianos não implica adesão ao individualismo metodológico, mas opera como instrumento heurístico de contraste. Aristóteles e Marx são mobilizados como construções tipificadas de matrizes epistemológicas, respectivamente, formalista e materialista, permitindo evidenciar, em nível analítico, a ruptura operada por Marx. Trata-se, portanto, de um uso metodológico controlado, compatível com a perspectiva marxista, na medida em que não substitui a análise histórica concreta, mas a ilumina por meio de abstrações orientadas.

Logo, o cotejamento entre Aristóteles e Marx permite evidenciar a passagem de uma epistemologia fundada na ordenação formal do pensamento para uma epistemologia ancorada na materialidade histórica e social das ideias. Tal deslocamento é tratado como movimento constitutivo do pensamento ocidental moderno, cujos efeitos extrapolam o campo filosófico e se projetam sobre as ciências sociais. Como observa Labica (1990), a crítica marxiana rompe com a tradição contemplativa ao introduzir a práxis como critério de verdade, redefinindo o estatuto epistemológico do conhecimento e suas condições de validade.

A partir dessa inflexão, o artigo adota como segundo procedimento metodológico a análise da recepção e do desdobramento de conceitos marxianos em campos específicos do conhecimento, especialmente nas Ciências Sociais e na Geografia Crítica. Essa abordagem inspira-se em perspectivas que compreendem a recepção teórica como um processo ativo de apropriação, reelaboração e reconfiguração conceitual em contextos históricos determinados, e não como mera aplicação de modelos teóricos. Assim, conceitos como trabalho, território, dependência, desigualdades espaciais e divisão territorial do trabalho são analisados como produções conceituais situadas, atravessadas pelo princípio da materialidade das ideias.

No que se refere especificamente ao desenvolvimento regional, o artigo mobiliza um referencial metodológico interdisciplinar, articulando contribuições da sociologia histórica, da economia política e da geografia crítica. Tal escolha fundamenta-se na compreensão de que o desenvolvimento regional não constitui um campo técnico ou neutro, mas uma

área de conhecimento construída a partir de disputas teóricas, políticas e epistemológicas. Assim, autores vinculados ao desenvolvimento regional brasileiro são analisados a partir da presença explícita ou implícita do princípio da materialidade das ideias em seus conceitos centrais, evidenciando como a epistemologia marxiana contribuiu para a consolidação de abordagens críticas do território e das desigualdades regionais no Brasil.

Desse modo, a metodologia adotada articula três níveis de análise: 1) a reconstrução de matrizes epistemológicas clássicas; 2) a identificação da inflexão teórica operada por Marx; e 3) a análise de seus desdobramentos na constituição do desenvolvimento regional enquanto campo de conhecimento no Brasil. Ao explicitar esse percurso, o artigo reforça o rigor do recorte analítico e justifica a amplitude teórica mobilizada, compreendendo-a como condição necessária para a identificação de um elemento epistemológico fundamental: a materialidade das ideias como base da interpretação crítica no desenvolvimento regional.

Aristóteles e a base formal das ideias

A lógica aristotélica constitui o primeiro grande esforço sistemático de ordenação formal do pensamento no interior da tradição filosófica ocidental. Em Aristóteles, a lógica não se apresenta como uma disciplina isolada, mas como um instrumento (*organon*) indispensável à produção do conhecimento científico (*episteme*) (ARISTÓTELES, 1986). Trata-se de um conjunto de princípios e regras que visam garantir a validade dos raciocínios e, conseqüentemente, a possibilidade de alcançar a verdade acerca da realidade. Nesse sentido, a lógica opera como articulação epistemológica das ciências teóricas, ao assegurar que o pensamento, quando corretamente ordenado, seja capaz de apreender as causas universais e necessárias dos fenômenos.

Embora Aristóteles reconheça que o conhecimento tem início na experiência sensível, sua efetivação ocorre apenas quando o intelecto alcança o universal. A ciência, para ele, não se limita à constatação empírica dos fatos, mas consiste na apreensão das causas que explicam por que algo é como é. Na *Metafísica*, Aristóteles afirma que conhecer cientificamente é conhecer “pelas causas”, pois “pensamos conhecer cada coisa quando julgamos conhecer a causa pela qual ela é” (ARISTÓTELES, 1969, p. 981). A experiência fornece os dados, mas é o intelecto que, por meio da abstração, identifica aquilo que

é comum aos múltiplos casos particulares, elevando-os ao plano do universal (ARISTÓTELES, 1969, p. 981).

Essa concepção implica uma hierarquização do conhecimento: o saber científico é superior ao saber empírico justamente porque alcança o universal e o necessário. Conforme observa David Ross, para Aristóteles a ciência se distingue das formas ordinárias de conhecimento por seu caráter demonstrativo e necessário, uma vez que “o objeto da ciência não pode ser de outro modo” (ROSS, 1987, p. 42). Assim, o conhecimento científico afasta-se do contingente e do mutável, concentrando-se naquilo que é estável e universal.

No interior desse projeto epistemológico, a teoria das quatro causas desempenha papel central. Aristóteles sustenta que compreender plenamente um fenômeno exige a consideração conjunta da causa material, formal, eficiente e final (ARISTÓTELES, 1969). Ao analisar, por exemplo, a construção de uma casa, é necessário identificar a matéria de que ela é feita, a forma que orienta sua construção, o agente que a produz e o fim para o qual ela existe. Essa concepção causal elimina o acaso como princípio explicativo da ciência e reforça a ideia de que o conhecimento verdadeiro deve alcançar a estrutura racional subjacente aos fenômenos. Jonathan Barnes observa que, nesse ponto, Aristóteles estabelece uma concepção robusta de explicação científica, na qual conhecer algo implica situá-lo em uma rede de causas inteligíveis (BARNES, 1982, p. 67).

Entretanto, a apreensão das causas e a produção do conhecimento científico exigem um instrumento capaz de ordenar corretamente o pensamento. É nesse contexto que se insere a lógica aristotélica. A verdade, segundo Aristóteles, não reside nas coisas mesmas, mas no pensamento que afirma ou nega adequadamente aquilo que as coisas são. Como afirma na *Metafísica*, “a verdade e a falsidade não estão nas coisas, mas no pensamento” (ARISTÓTELES, 1969, p. 1027), pois dependem da correta combinação ou separação entre sujeito e predicado. Dessa forma, a regulação do pensamento torna-se condição necessária para que haja conhecimento verdadeiro.

A lógica aristotélica funda-se em três princípios fundamentais: o princípio de identidade, o princípio de não-contradição e o princípio do terceiro excluído. O princípio de identidade estabelece que algo é idêntico a si mesmo (A é A), assegurando a estabilidade conceitual necessária à demonstração científica. O princípio de não-contradição, considerado por Aristóteles o mais firme de todos os princípios, afirma que “é impossível que o mesmo atributo pertença e não pertença ao

mesmo sujeito, ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto" (ARISTÓTELES, 1969, p. 1005). Já o princípio do terceiro excluído sustenta que, entre duas proposições contraditórias, uma deve ser verdadeira e a outra falsa, não havendo uma terceira possibilidade (ARISTÓTELES, 1986).

Esses princípios não são demonstráveis, mas autoevidentes, e funcionam como fundamentos últimos do raciocínio. Segundo Ackrill, eles constituem as condições mínimas de inteligibilidade do pensamento racional, pois sem eles não seria possível afirmar ou negar algo de modo consistente (ACKRILL, 1981, p. 76). A partir desses princípios, Aristóteles desenvolve a teoria do silogismo, que representa a forma paradigmática do raciocínio demonstrativo.

O silogismo é definido como um discurso no qual, dadas certas proposições, outra proposição distinta delas decorre necessariamente (ARISTÓTELES, 1986, p. 24). Na demonstração científica, o silogismo parte de premissas verdadeiras, primárias e indemonstráveis, chegando a uma conclusão que é verdadeira por necessidade. Desse modo, a validade da conclusão está garantida pela verdade e pela disposição formal das premissas. Como afirmam Kneale e Kneale, a lógica aristotélica inaugura uma concepção de validade formal que exerceu influência decisiva sobre toda a tradição científica posterior (KNEALE; KNEALE, 1991, p. 58).

É importante destacar que Aristóteles distingue o raciocínio demonstrativo do raciocínio dialético. Enquanto o primeiro sustenta-se em princípios verdadeiros e necessários, o segundo baseia-se em opiniões geralmente aceitas (*endoxa*) (ARISTÓTELES, 1986). Embora o raciocínio dialético tenha utilidade no debate filosófico, apenas o raciocínio demonstrativo é capaz de produzir ciência propriamente dita, reforçando o ideal de um conhecimento seguro, imune ao acaso e à contingência.

Do ponto de vista epistemológico, essa arquitetura conceitual implica a autonomia do pensamento em relação às condições históricas e sociais de sua produção. A validade do conhecimento não depende do lugar social do sujeito que conhece, mas da conformidade formal de seus raciocínios com princípios lógicos universais. Como observa Shields, "a ciência aristotélica pressupõe uma concepção de racionalidade que se pretende trans-histórica, fundada na própria estrutura do intelecto humano." (SHIELDS, 2014, p. 91).

Essa pretensão de universalidade e autonomia do pensamento constitui o núcleo da base formal das ideias em Aristóteles. O conhecimento científico aparece, assim, como

resultado da correta ordenação lógica do pensamento, orientada por princípios necessários e universais, e não como produto de determinações externas ao próprio pensamento. É precisamente esse pressuposto que será colocado em questão pela crítica marxiana, ao deslocar o fundamento das ideias para a materialidade histórica e social de sua produção.

Ao deslocar o fundamento das ideias do plano da ordenação lógica para o plano da materialidade histórica, Marx inaugura uma inflexão epistemológica decisiva, na qual o pensamento deixa de ser compreendido como instância originária e passa a ser analisado como produto das relações sociais concretas e do processo histórico de produção da vida material. A partir desse deslocamento, a verdade já não pode ser concebida exclusivamente como resultado da correção formal do raciocínio, mas deve ser compreendida em sua vinculação com as condições sociais que tornam determinadas ideias possíveis e historicamente eficazes.

É com base nessa crítica à autonomia lógica do pensamento que se torna possível compreender a noção marxiana de ideologia e, conseqüentemente, a centralidade da materialidade das ideias como princípio epistemológico. O ponto seguinte dedica-se, portanto, à análise da base material das ideias em Marx, explicitando como essa ruptura com o paradigma formalista redefine os critérios de produção do conhecimento e abre novas possibilidades interpretativas para as Ciências Sociais e para a análise do desenvolvimento regional no Brasil.

É precisamente essa redefinição do estatuto do conhecimento, de uma lógica formal para uma epistemologia da práxis, que permite compreender a emergência de campos como o Desenvolvimento Regional. Ao deslocar o critério de verdade para a materialidade das relações sociais, Marx fornece a base para que categorias como território, desigualdade e desenvolvimento sejam analisadas não como abstrações técnicas, mas como expressões históricas de processos sociais concretos.

Marx e a base material das ideias

A crítica marxiana à autonomia do pensamento representa uma inflexão epistemológica decisiva na tradição ocidental do conhecimento. Em contraposição ao paradigma formalista herdado de Aristóteles e reelaborado pelo racionalismo moderno, Marx desloca o fundamento das ideias do plano da

ordenação lógica para o plano da materialidade histórica e social. Com isso, o pensamento deixa de ser compreendido como instância originária, autorregulada e universal, passando a ser analisado como produto das relações sociais concretas e do modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições de existência (MARX; ENGELS, 1987).

Esse deslocamento aparece de forma particularmente clara na crítica de Marx aos economistas clássicos e ao idealismo hegeliano. Ao examinar o método que parte de categorias gerais e abstratas para deduzir o concreto, Marx afirma que tal procedimento reconstrói a realidade apenas no pensamento, sem apreendê-la em sua efetiva existência histórica. Na *Introdução à crítica da economia política*, Marx sustenta que “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso” (MARX, 2005, p. 258), e que o método cientificamente correto consiste em partir das determinações mais simples, historicamente constituídas, para reconstruir o concreto como totalidade viva. Dessa forma, a abstração deixa de ser um ponto de partida absoluto e passa a ser um momento do processo de conhecimento, subordinado à materialidade das relações sociais.

A categoria de totalidade em Marx remete, em parte, à tradição dialética hegeliana. Em Hegel (1992), a totalidade é concebida como processo no qual o real se constitui como unidade dinâmica de determinações contraditórias. Contudo, enquanto em Hegel essa totalidade se realiza no plano do *Espírito*, em Marx ela é reinscrita na materialidade das relações sociais, sendo compreendida como totalidade concreta, historicamente determinada.

Nesse sentido, a categoria de totalidade ocupa lugar central na inflexão epistemológica promovida por Marx. Conforme Lukács (2003), é a partir da totalidade que os fenômenos sociais adquirem inteligibilidade, na medida em que cada elemento só pode ser compreendido em sua inserção no conjunto das relações sociais. Nessa perspectiva, a materialidade das ideias não se reduz a determinações isoladas, mas remete à unidade contraditória do real (KOSIK, 1976; LEFEBVRE, 2011).

A base material das ideias encontra-se, assim, na atividade prática dos homens. Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels afirmam que os pressupostos da análise não são arbitrários nem dogmáticos, mas “os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida” (MARX; ENGELS, 1987, p. 18). O pensamento, longe de preceder a vida social, emerge como

expressão das necessidades, dos conflitos e das formas de cooperação historicamente produzidas. A produção dos meios de vida, mediada pelo trabalho, constitui, nesse sentido, o elemento fundante da vida social e, por conseguinte, da produção das ideias. Como afirmam os autores, “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 1987, p. 20).

Essa concepção materialista implica uma crítica radical ao idealismo, na medida em que rejeita a separação entre pensamento e realidade. Ao denunciar o caráter abstrato do materialismo feuerbachiano, Marx afirma que a realidade não pode ser apreendida apenas como objeto da intuição sensível, mas como atividade humana concreta, como práxis. Nas *Teses sobre Feuerbach*, Marx afirma que “o defeito fundamental de todo materialismo anterior [...] é conceber o objeto, a realidade, a sensibilidade, apenas sob a forma de objeto ou de intuição, e não como atividade humana sensível, como práxis” (MARX, 1987, p. 11). A materialidade, nesse sentido, não é um dado estático, mas um processo histórico em permanente transformação, no qual os homens, ao mesmo tempo que produzem o mundo social, são produzidos por ele.

É nesse ponto que a análise de Labica contribui para a compreensão da inflexão epistemológica operada por Marx. Segundo Labica, as *Teses sobre Feuerbach* marcam a ruptura definitiva com a filosofia da contemplação, ao introduzirem a práxis como critério de verdade e como fundamento do conhecimento. Para o autor, Marx rompe com a primazia do pensamento abstrato ao afirmar que “a verdade não é um problema teórico, mas um problema prático” (LABICA, 1990, p. 37). Essa passagem representa, segundo Labica, o momento em que a filosofia deixa de ser um exercício autorreferente e passa a integrar o movimento histórico da sociedade, redefinindo profundamente o estatuto epistemológico do conhecimento. Nesse debate, destaca-se a leitura de Althusser (2015), que propõe a noção de “corte epistemológico” na obra de Marx, sugerindo uma ruptura entre o jovem Marx e sua produção madura. Contudo, essa interpretação não é consensual no marxismo, sendo objeto de críticas por autores que enfatizam a continuidade ontológica do pensamento marxiano (NETTO, 2011).

É nesse contexto que a noção marxiana de ideologia emerge dentro do debate epistemológico. As ideias dominantes em uma determinada época não são simples erros cognitivos ou ilusões subjetivas, mas expressões das relações sociais dominantes. Elas cumprem funções específicas na reprodução da ordem social, naturalizando relações historicamente

produzidas e apresentando interesses particulares como universais (MARX; ENGELS, 1987). A ideologia, portanto, não se opõe à verdade em um sentido meramente lógico, mas deve ser compreendida como forma social do pensamento, historicamente situada e funcionalmente determinada.

Essa compreensão da ideologia como base material das ideias influenciou de modo direto as Ciências Sociais críticas no Brasil. Autores clássicos do pensamento social brasileiro incorporaram, de modo explícito ou mediado, essa inflexão epistemológica ao analisar a formação social do país. Em *Formação do Brasil contemporâneo*, Caio Prado Jr. parte da materialidade da colonização e das relações de produção para interpretar o sentido histórico do desenvolvimento brasileiro, recusando explicações abstratas ou evolucionistas (PRADO JR., 2011).

De modo semelhante, Florestan Fernandes, ao analisar a “revolução burguesa no Brasil”, demonstra que as transformações sociais não podem ser compreendidas a partir de modelos universais de modernização. Inspirado pelo materialismo histórico, Fernandes evidencia o caráter contraditório e incompleto do desenvolvimento capitalista brasileiro, revelando como as ideias de progresso e democracia coexistem com estruturas sociais profundamente desiguais (FERNANDES, 2020). Nesse sentido, a crítica marxiana à abstração lógica manifesta-se como fundamento epistemológico de uma sociologia histórica comprometida com a análise das determinações materiais da vida social.

O espaço ocupado pela materialidade também se expressa de forma contundente na tradição marxista da dependência. Em *Dialética da dependência*, Ruy Mauro Marini demonstra que as categorias econômicas e políticas utilizadas para analisar as sociedades centrais não podem ser aplicadas mecanicamente à realidade latino-americana. Ao enfatizar a superexploração do trabalho como categoria histórica específica, Marini reafirma o princípio marxiano segundo o qual “as ideias e os conceitos devem ser compreendidos a partir das condições materiais concretas em que emergem.” (MARINI, 2017, p. 334).

De modo semelhante, autores como Clóvis Moura e Heleieth Saffiotti ampliam ainda mais esse horizonte epistemológico ao demonstrar como as relações raciais e de gênero estão profundamente enraizadas na estrutura material da sociedade brasileira. Moura evidencia que o racismo não é um resíduo cultural, mas uma dimensão estrutural da formação social brasileira, vinculada às relações de produção e à herança escravocrata (MOURA, 2014). Saffiotti, por sua vez, demonstra que as relações de gênero devem ser

compreendidas a partir de sua inserção nas estruturas de classe e nas formas históricas de exploração, reafirmando a centralidade da materialidade na produção das ideias e das práticas sociais (SAFFIOTTI, 2013).

Como observa Ricardo Musse, a trajetória do marxismo no Brasil não pode ser reduzida a uma história das ideias, pois envolve a constituição de modos específicos de produção do conhecimento, orientados pela crítica à abstração e pela centralidade da realidade social concreta (MUSSE, 2015). Nesse sentido, a contribuição de Marx ultrapassa o plano metodológico e alcança o plano epistemológico, ao redefinir os critérios de inteligibilidade da realidade e ao afirmar que o conhecimento científico deve partir das condições materiais historicamente determinadas.

Assim, a base material das ideias em Marx configura-se como um princípio epistemológico fundamental para as Ciências Sociais. Ao demonstrar que o pensamento é socialmente determinado e historicamente situado, Marx inaugura uma forma de conhecimento que se revela particularmente fecunda para a análise da realidade brasileira, marcada por desigualdades estruturais, dependência econômica e profundas assimetrias regionais. Essa guinada epistemológica fornece o fundamento teórico a partir do qual se torna possível compreender o desenvolvimento regional enquanto área de conhecimento direcionada a investigar a realidade não como processo técnico ou neutro, mas como expressão histórica das relações sociais de produção e da materialidade do território.

A guinada epistemológica marxista e seus desdobramentos no Desenvolvimento Regional brasileiro

A guinada epistemológica promovida por Marx, ao afirmar que as ideias são socialmente determinadas e enraizadas nas condições materiais da vida histórica, produziu efeitos profundos e duradouros na constituição das ciências sociais brasileiras e, de modo particular, no campo do desenvolvimento regional. Ao deslocar o conhecimento do plano da abstração lógica para o da materialidade social, Marx inaugura um modo de conhecer que se mostra especialmente fecundo para a análise de sociedades marcadas por desigualdades estruturais, dependência econômica e heterogeneidade territorial, como é o caso do Brasil.

No âmbito do Desenvolvimento Regional, essa inflexão manifesta-se inicialmente na crítica à concepção do espaço como suporte neutro ou mero recorte técnico-administrativo. Milton Santos é um dos autores que mais claramente expressa esse deslocamento epistemológico. Em *A natureza do espaço*, o autor afirma que “o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2006, p. 63). Essa definição rompe com a concepção abstrata do espaço e recoloca sua materialidade histórica no centro da análise. Em outro momento, Santos é ainda mais explícito ao afirmar que “o espaço é a própria sociedade, vista através de sua materialidade” (SANTOS, 2006, p. 95), evidenciando que as formas espaciais expressam relações sociais concretas, produzidas historicamente.

Essa formulação guarda afinidade direta com a crítica marxiana à autonomia do pensamento, pois recusa a separação entre forma e conteúdo, ideia e realidade. Tal como em Marx, o espaço não é apreendido como categoria lógica abstrata, mas como produto histórico da ação humana mediada pelas relações de produção.

De modo convergente, Celso Furtado introduz uma ruptura epistemológica decisiva ao questionar a universalização dos modelos econômicos de desenvolvimento. Em *O mito do desenvolvimento econômico*, o autor sustenta que “o desenvolvimento é um processo histórico específico, resultante de uma estrutura social determinada” (FURTADO, 1974, p. 19). Ao recusar a ideia de que todas as sociedades percorrem as mesmas etapas de desenvolvimento, Furtado reafirma a primazia das condições materiais e históricas na produção do conhecimento econômico. Em outra passagem, afirma de forma categórica que “o subdesenvolvimento não é uma etapa, mas uma forma de organização do sistema econômico” (FURTADO, 1974, p. 35), deslocando o debate do plano abstrato para a materialidade das estruturas sociais.

Essa herança marxiana é retomada explicitamente por Carlos Brandão, um dos autores que mais diretamente discutem os fundamentos epistemológicos do desenvolvimento regional no Brasil. Para Brandão, “o território não é um palco onde os processos econômicos se desenrolam, mas uma construção histórica resultante de relações sociais concretas” (BRANDÃO, 2007, p. 44). Ao afirmar que o desenvolvimento regional é um “processo político, conflitivo e socialmente disputado” (BRANDÃO, 2007, p. 71), o autor rejeita a neutralidade do conhecimento e reafirma que as ideias sobre desenvolvimento estão ancoradas em projetos sociais e interesses materiais específicos.

Essas contribuições não devem ser compreendidas como um repertório cumulativo de interpretações, mas como expressões convergentes de um mesmo horizonte epistemológico crítico. Em diferentes níveis analíticos, tais autores incorporam o princípio marxiano da determinação material das formas sociais, articulando território, economia e relações de poder como dimensões indissociáveis da análise do desenvolvimento regional.

No mesmo horizonte crítico, Rogério Haesbaert contribui para a consolidação de uma epistemologia relacional do território. Em *O mito da desterritorialização*, o autor afirma que “todo território é, antes de tudo, uma relação de poder” (HAESBAERT, 2004, p. 39). Essa definição rompe com concepções essencialistas ou funcionalistas e recoloca o território como expressão material de relações sociais historicamente constituídas. Haesbaert enfatiza ainda que “não há território sem historicidade” (HAESBAERT, 2004, p. 56), reforçando a ideia de que o conhecimento sobre o espaço deve partir de suas determinações concretas.

A economia política crítica brasileira também expressa de modo contundente essa guinada epistemológica. Francisco de Oliveira, ao criticar a chamada razão dualista, afirma que o subdesenvolvimento “não é uma anomalia ou atraso, mas uma forma específica de realização do capitalismo” (OLIVEIRA, 2003, p. 32). Essa formulação desconstrói dicotomias abstratas entre moderno e arcaico e revela o caráter estrutural das desigualdades regionais, reafirmando o princípio marxiano segundo o qual as categorias analíticas devem ser apreendidas a partir da realidade histórica que as produz.

No plano latino-americano, Ruy Mauro Marini aprofunda essa inflexão ao demonstrar que a dependência não é um fenômeno externo, mas uma forma específica de organização das relações de produção. Em *Dialética da dependência*, Marini afirma que “a superexploração do trabalho constitui o eixo em torno do qual se organiza o capitalismo dependente” (MARINI, 2017, p. 334). Essa categoria permite compreender o território e as regiões como espaços de extração intensificada de valor, reafirmando a condição fundamental da materialidade econômica e social na análise do desenvolvimento regional.

Essas contribuições convergem para uma redefinição epistemológica do desenvolvimento regional no Brasil. O conhecimento deixa de ser concebido como instância neutra ou puramente técnica e passa a ser entendido como prática social situada. Como sintetiza Milton Santos, “não há conhecimento neutro do espaço, pois toda interpretação

espacial é também uma interpretação social" (SANTOS, 2006, p. 118). Essa afirmação condensa o núcleo da guinada marxiana: as ideias são produtos históricos, vinculados a relações sociais concretas e a projetos de sociedade em disputa.

Dessa forma, a presença da materialidade das ideias elaborada por Marx nos epistemólogos do desenvolvimento regional brasileiro não se dá por simples filiação teórica, mas pela incorporação de um modo de conhecer que recusa a abstração, enfatiza a historicidade e reconhece o território como expressão material das relações sociais. Essa guinada epistemológica permanece fundamental para compreender o desenvolvimento regional no Brasil como processo desigual, contraditório e socialmente produzido, reafirmando a atualidade do marxismo como fundamento crítico das Ciências Sociais contemporâneas, bem como do Desenvolvimento Regional enquanto área de conhecimento.

Conclusão

Ao longo deste artigo, buscou-se demonstrar que a contribuição de Marx para o pensamento social não se restringe ao plano teórico ou metodológico, mas alcança de modo decisivo o campo epistemológico, redefinindo os fundamentos da produção do conhecimento nas Ciências Sociais e no Desenvolvimento Regional. A análise partiu da base formal das ideias, tal como sistematizada na lógica aristotélica, evidenciando um modelo de racionalidade que atribui à ordenação lógica do pensamento a condição de critério último da verdade, afastando do campo estritamente filosófico as determinações materiais, históricas e sociais da vida humana.

Esse modelo, embora fundamental para a constituição do pensamento ocidental, consolidou uma separação duradoura entre pensamento e trabalho, teoria e prática, razão e materialidade. A autonomia do pensamento e a universalidade abstrata das categorias passaram a orientar a produção do conhecimento, enquanto o trabalho, condição ontológica da existência humana, permaneceu marginalizado como categoria epistemológica. Tal cisão revelou seus limites à medida que as transformações históricas do capitalismo tornaram evidentes as contradições sociais, econômicas e territoriais que escapavam à explicação puramente formal.

A crítica marxiana representa, nesse sentido, uma inflexão epistemológica profunda. Ao recolocar o trabalho, a produção

material da vida e as relações sociais no centro da análise, Marx rompe com a pretensão de neutralidade e autonomia do pensamento, afirmando que as ideias são socialmente determinadas e historicamente situadas. A base material das ideias passa a constituir o fundamento do conhecimento, deslocando a filosofia de um campo autorreferente para uma reflexão enraizada na práxis social. Com isso, o pensamento deixa de ser compreendido como instância originária e passa a ser analisado como produto e expressão das condições materiais de existência.

Esse deslocamento mostrou-se particularmente fecundo para a constituição de campos interdisciplinares de conhecimento, entre os quais se destaca o Desenvolvimento Regional. A complexidade dos processos territoriais, das desigualdades regionais e das formas diferenciadas de inserção no capitalismo exige um suporte epistemológico capaz de articular economia, território, história e política. A herança marxiana, ao enfatizar a materialidade das relações sociais e a historicidade dos processos de desenvolvimento, oferece os fundamentos necessários para essa articulação, superando abordagens tecnocráticas, funcionalistas ou meramente descritivas.

No contexto brasileiro, a incorporação dessa base epistemológica foi decisiva para a consolidação de interpretações críticas do desenvolvimento regional. Autores do pensamento social e do Desenvolvimento Regional, ao dialogarem com a tradição marxista, passaram a compreender o território como expressão material das relações sociais, o desenvolvimento como processo histórico desigual e o conhecimento como prática social situada. Essa perspectiva permitiu romper com modelos abstratos de desenvolvimento e com explicações naturalizantes das desigualdades regionais, reafirmando o caráter histórico, social e político do espaço.

Dessa forma, a materialidade das ideias elaborada por Marx constitui um fundamento epistemológico central para o Desenvolvimento Regional no Brasil. Ao evidenciar que o conhecimento não é neutro, mas socialmente determinado, o marxismo fornece os instrumentos críticos necessários para compreender o desenvolvimento regional como processo contraditório, atravessado por disputas, interesses e projetos de sociedade. Mais do que uma herança teórica, trata-se de uma epistemologia viva, cuja atualidade reside justamente na capacidade de articular crítica, interdisciplinaridade, compromisso com a compreensão e a transformação da realidade social brasileira.

Tal perspectiva, ancorada na categoria de totalidade, permite compreender o desenvolvimento regional como expressão de uma totalidade social contraditória, historicamente determinada e atravessada por relações de poder e produção.

Referências

ACKRILL, John Lloyd. *Aristotle the philosopher*. Oxford: Oxford University Press, 1981.

ALTHUSSER, Louis. *Por Marx*. Tradução de Maria Leonor F. R. Loureiro. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução de Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1969.

_____. *Analíticos Anteriores*. In: *Organon*. Tradução de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, 1986.

BARNES, Jonathan. *Aristotle: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 1982.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1983.

COLOMER, Eusebi. *El pensamiento alemán de Kant a Heidegger*. Tomo III. Barcelona: Herder, 1990.

DA ROCHA FILHO, João Bernardes; BASSO, Nara Regina de Souza; BORGES, Regina Maria Rabello. *Transdisciplinaridade: a natureza íntima da educação científica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

D'AMBROSIO, Ubiratan. *Transdisciplinaridade*. São Paulo: Palas Athena, 1997.

DURANT, Will. *A história da filosofia*. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1996.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Contracorrente, 2020.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. Tradução de Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992.

KNEALE, William; KNEALE, Martha. *O desenvolvimento da lógica*. Tradução de M. S. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

A materialidade das ideias em Marx e suas implicações epistemológicas para o Desenvolvimento Regional no Brasil

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LABICA, Georges. **As “Teses sobre Feuerbach” de Karl Marx**. Tradução de Arnaldo Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

LEFEBVRE, Henri. La noción de totalidad en las ciencias sociales. *Revista Telos*, Madrid, n. 88, p. 1-10, 2011.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

MARX, Karl. **Introdução à crítica da economia política**. Tradução de Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, 2005. (Os Pensadores).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (I – Feuerbach)**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.

MUSSE, Ricardo. As aventuras do marxismo no Brasil. *Caderno CRH*, v. 28, n. 75, p. 409-426, 2015.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ROSS, David. **Aristóteles**. Tradução de Luís Felipe Bragança. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

SAFFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SHIELDS, Christopher. **Aristotle**. 2. ed. London: Routledge, 2014.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 2004.